



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	538
ASS	

I - DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

1.1 - Descrição do objeto:

Contratação de empresa especializada para execução indireta, sob a modalidade de empreitada global – material e mão de obra – objetivando a execução de obras de pavimentação em CBUQ, contenção (enrocamento de pedra de 1000 a 3000 kg, concreto armado e pedra argamassada) drenagem de águas pluviais em pontos específicos na sede e alguns distritos do município de Rio Claro/RJ, conforme planilhas e demais documentos em anexo.

2 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII e art. 84 da Lei 14.133/2021 e Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023)

a Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21):

O prazo de execução do objeto será de **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura e de acordo com o Cronograma Físico-financeiro. Orienta-se, entretanto, que, o prazo de vigência do contrato deverá ser superior ao de execução dos serviços para: a) amparar a necessidade de acolher possíveis dilatações do prazo da execução dos serviços, provocadas por fatos alheios à vontade da contratada, sem, contudo, alterar o prazo de vigência do contrato; b) propiciar tempo hábil para que sejam efetuados os pagamentos devidos; c) englobar os recebimentos provisórios e definitivos. Neste caso, 18 (dezoito) meses.

b Prorrogação do Contrato:

O Contrato terá a vigência e prorrogações reguladas pelos ditames apregoados pela Lei 14.133/2021.

c Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21):

O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos em lei e mantendo-se as condições definidas no momento do certame. Nos casos específicos de reajustes, o índice a ser utilizado será o IGP-M acumulado.

3 - DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	538
ASS	

● **Interesse público:**

O interesse público na execução do objeto está sendo priorizado pelo fato da contratação garantir a melhoria da infraestrutura viária do município, proporcionando condições adequadas de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários. Além disso, visa reduzir riscos de alagamentos e deslizamentos, promovendo maior proteção às áreas urbanas e rurais e assegurando a integridade de bens públicos e privados nas áreas envolvidas no objeto.

● **Impactos socioeconômicos positivos:**

Melhoria da mobilidade e trafegabilidade urbana e rural;

Redução de custos com manutenção emergencial das vias e áreas lindeiras envolvidas;

Valorização das áreas atendidas, estimulando o desenvolvimento econômico, facilitando a adequada circulação da produção rural e de mercadorias;

Atendimento a demandas históricas da população, aumentando a qualidade de vida e garantindo o direito de ir e vir com segurança.

● **Metodologia do quantitativo:**

Estimativa de quantidades:

As quantidades estão descritas em projeto executivo e na Planilha Orçamentária anexa e foram calculadas por profissionais técnicos habilitados e capacitados.

Método de levantamento:

Cálculos baseados em critérios técnicos e quantitativos extraídos do projeto levando-se em conta o atendimento integral a demanda.

Justificativa do quantitativo solicitado:

As medições foram definidas para atendimento integral à demanda identificada nos levantamentos técnicos. Informamos que as quantidades demandadas em atendimento ao Processo de Despesas foram determinadas visando o atendimento integral do objeto sendo calculadas por Técnico qualificado (engenheiro civil), baseado em conhecimentos sólidos e tendo como objetivo principal o total atendimento integral a demanda, existindo inclusive a emissão das ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) necessárias ao exercício da profissão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 346/25
FL Nº 538
ASS [assinatura]

4 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXV da Lei 14.133/2021)

A presente contratação fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre normas gerais de licitação e contratação, especialmente em seu art. 6º, inciso XXV, que exige a apresentação de Projeto básico contendo a fundamentação técnica e legal e no Estudo Técnico Preliminar nº 016/2025.

O objeto possui natureza de serviço de engenharia, envolvendo execução de obras complexas como pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e contenções estruturais. Tais atividades demandam conhecimentos técnicos especializados e o cumprimento rigoroso das normas da ABNT e demais legislações correlatas, o que justifica a contratação de empresa devidamente qualificada e com experiência comprovada.

A contratação é necessária para assegurar a manutenção da infraestrutura viária, garantir segurança aos usuários e prevenir riscos associados à erosão, alagamentos e acidentes. Ademais, está em conformidade com o planejamento orçamentário do município e com as metas estabelecidas para melhoria da mobilidade urbana e rural.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

A solução proposta será implementada com base nos documentos técnicos anexos, incluindo:

- **Planilha Orçamentária;**
- **Memória de Cálculo;**
- **BDI e Composição de Custos Unitários;**
- **Memorial Descritivo.**

- **Exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica.**

As garantias e manutenções são as previstas nas legislações correlatas e inerentes ao assunto e na Lei 14.133/2021. Ressaltamos que deverá ser observado de forma integral o Artigo 618 da **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002** (Código Civil): *"Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo"*.

- **Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei 14.133/21).**

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	840
ASS	

A CONTRATANTE solicitará o início da execução do objeto por meio de "Ordem de Início" emitida à Empresa, atendendo aos ditames apregoados na Lei 14.133/21, as garantias de execução e conclusão plena do objeto estão afixados

Conforme consta no Capítulo II, especificamente Art. 96, § 1º da Lei 14.133/2021, será exigida garantia de execução do contrato, nas modalidades previstas na lei. A CONTRATANTE solicitará no início da execução do objeto por meio de "Ordem de Início" emitida à Empresa, atendendo aos ditames apregoados na Lei 14.133/21. Conforme especificado abaixo:

Art. 96, § 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II – seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

Art. 97. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 346/25

FL Nº 547

Ass: [Signature]

I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

Serão exigidos os percentuais máximos, conforme apregoado no artigo 98 da Lei nº 14.770, de 2023) , sem entretanto a majoração citada:

Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Art. 100. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

Art. 101. Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.

Exigiremos a modalidade de seguro-garantia conforme previsto no Art. 102 da Lei nº 14.770, de 2023:

Art. 102. Na contratação de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia e prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:

I - A seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:

- a) ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;
- b) acompanhar a execução do contrato principal;
- c) ter acesso à auditoria técnica e contábil;
- d) requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.

[Signature]

[Signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	542
<i>[Signature]</i>	

II - A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;

III - A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

Parágrafo único. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

I - Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II - Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

Os serviços executados em desacordo com as especificações e/ou se apresentarem defeituosos serão corrigidos e refeitos pela Contratada, sem que isso implique em ônus financeiros a PMRC.

Os serviços deverão ser executados, observando-se as normas brasileiras, adotando-se técnicas construtivas de bom padrão, obtendo-se um produto final de boa qualidade e bom acabamento.

Os serviços que não atenderem as especificações exigidas, não serão recebidas pela CONTRATANTE, devendo a(s) Empresa(s), às suas expensas e responsabilidade adotar medidas que retifiquem a execução e o produto final.

6 – VISTORIA PRÉVIA

6.1 - A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, podendo ser agendado pelos e-mails: obras@rioclaro.rj.gov.br e obrasrioclarorj@gmail.com;

6.2 - Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;

6.3 - Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	843
ASS	

e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

6.4 - A vistoria deverá ser realizada somente com prévio agendamento;

6.5 - A vistoria deverá ser realizada com o acompanhamento de servidor designado pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Obras e Serviços Públicos;

6.6 - O licitante que optar pela vistoria receberá um termo de comprovação;

6.7 - Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

6.8 - A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

7.1) Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

7.1.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.1.4 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.1.6 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu *ramo de atividade e compatível com o objeto contratual*;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 346/25

FL Nº 544

[Handwritten signature]

7.1.7 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.1.8 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.1.9 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.2) Qualificação Econômico-Financeira:

7.2.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.2.2 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

7.2.3 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$

$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$

$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

$\text{Passivo Circulante}$

7.2.4 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.**

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 346/25

FL Nº 848

ASS. [Assinatura]

7.2.5 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

7.2.6 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.2.7 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.3) Qualificação Técnica Operacional: Qualificação Técnico-profissional e técnico operacional exigida possuirá seu embasamento legal no Artigo 67 da Lei 14.133/2021 e será restrita a:

I - Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do Artigo 88 desta Lei ;

III - Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequado e disponíveis para a realização do objeto da contratação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

VI - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto.

Ressaltamos ainda que:

Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 346/25

FL Nº 846

Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do Artigo 67 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no inciso V do **caput** deste artigo por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos incisos I e III do Artigo 67.

Para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

Na hipótese anterior, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

Na documentação de que trata o inciso I do **caput** do Artigo 67, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regu-



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 346/25

FL Nº 548

[Handwritten signature]

lamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

A empresa licitante deverá estar devidamente registrada no Conselho Regional correspondente (CREA ou CAU). Na data prevista para entrega da proposta apresentará a Certidão de Registro e Quitação que comprova a situação do registro da empresa no conselho quanto a sua regularidade e anuidade.

Comprovação da capacidade técnico-profissional – apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo Conselho da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

Comprovação da capacidade técnico-operacional – apresentação de Certidão de Acervo Operacional – CAO, expedida pelo Conselho da região competente. Nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável (is) técnico (s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

Os profissionais participantes da Equipe Técnica deverão ser os mesmos que assinarão as ARTs de execução de obras /serviços, sendo necessária a apresentação de Responsáveis Técnicos nas áreas de Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica.

Os atestados de capacidade técnico-profissional deverão estar devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia (CREA) ou Conselho Regional de Arquitetura (CAU) da região onde os serviços foram executados, comprovando que os responsáveis técnicos constantes do quadro técnico da licitante executam ou executaram serviços similares, em vulto e tipologia aos da contratação pretendida, devendo apresentar:

Os Atestados de Capacidade Técnica exigidos referem-se aos elementos ou características mais críticos e complexos do objeto da contratação, cuja execução bem-sucedida é essencial para o sucesso do projeto como um todo e devem possuir as seguintes especificações:

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

11 de 23



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	516
ASS	<i>[Signature]</i>

- a) Execução de obras de engenharia para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada;
- b) Execução de obras de contenção em enrocamento de pedra com volume executado igual ou superior a 5000,00 m³;
- c) Execução de pavimentos em CBUQ com área igual ou superior a 15.000,00 m²;
- d) Execução de obras específicas de drenagem de águas pluviais e construção de bueiros em tubos de concreto armado com diâmetro igual ou superior a 0,80 m.
- e) Execução de revestimento de concreto betuminoso usinado a quente, importado de usina, executado em uma camada, de acordo com as instruções/especificações do contratante, compreendendo preparo, espalhamento e compactação mecânicos e os materiais;
- f) Execução de calha meio-tubo circular de concreto vibrado, diâmetro interno de 600mm, inclusive acerto de fundo de vala.
- g) Execução de base de brita graduada, inclusive fornecimento dos materiais,
- h) Execução de pedra argamassada com cimento e areia 1:3, 40% de argamassa em volume - areia e pedra de mão comerciais
- i) Imprimação de base de pavimentação, de acordo com as "instruções para execução", do DER-RJ, sinalização horizontal, mecânica, com tinta termoplástica a base de resinas naturais e/ou sintáticas, em vias rodoviárias, aplicada por extrusão, conforme ABNT NBR 12935,13132 e norma DNIT.

As condições de habilitação técnica deverão ser mantidas durante toda a execução do objeto. Por ocasião da substituição do responsável técnico indicado na fase de habilitação, durante a fase de execução do objeto, caberá nova comprovação quanto a manutenção das condições de habilitação inicialmente verificadas.

A Contratada deverá ser pessoa jurídica, apresentar à "Anotação de Responsabilidade Técnica – ART", conforme Decisão Normativa CONFEA Nº 1.025, de 30 de outubro de 2009.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 346/25

FL Nº 548

[Handwritten signature]

O Responsável Técnico pela realização dos serviços envolvidos no processo deverá ser um Engenheiro Civil ou profissional equivalente que possa exercer as funções contidas na Resolução CONFEA nº 218, de 29 de junho de 1973.

As empresas com seus empregados devem cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme DECRETO-LEI Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Os serviços deverão ser prestados, preferencialmente, durante a jornada de trabalho regular do Órgão Municipal para favorecer o acompanhamento da fiscalização local.

Será obrigatória a exigência e aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados "normas técnicas" e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, conforme Lei Nº 4.150, de 21 de novembro de 1962.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

Ressaltamos ainda que, de acordo com o Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - Contiverem vícios insanáveis;
- II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do **caput** deste artigo.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	580
	<i>[Handwritten signature]</i>

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

7.4) GARANTIA FINANCEIRA DA PROPOSTA

Será exigida nos termos do Art. 58 da Lei 14.133/2021, como requisito de pré-habilitação, garantia de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação;

Nos termos do § 2º do Art. 58 da Lei 14.133/2021, a garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;

Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei.

8 - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (LGPD))

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame, contrato, ata de registro de preços ou qualquer outro instrumento congênere que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 346/25
FL Nº 511
[Signature]

É dever da Administração Pública a adoção de medidas para que os dados pessoais das partes envolvidas não tenham repercussões para além da vida pública. É dever da Administração Pública a adoção de medidas para que os dados pessoais das partes envolvidas não tenham repercussões para além da vida pública.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

[Signature]

[Signature]

[Signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 34625
FL Nº 882
[Signature]

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD, deverão ser comunicados à autoridade nacional.

9 - ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)

- . Os serviços deverão ser executados conforme as especificações definidas nos Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo e Cronograma Físico-Financeiro, cabendo a CONTRATADO total responsabilidade pela perfeita execução e funcionamento dos mesmos, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE;
- . Será admitida equivalência de materiais propostos nas especificações técnicas, desde que para isso haja solicitação prévia e acatamento da fiscalização e dos projetistas;
- . A execução dos serviços deverá ser realizada conforme diretrizes definidas nas especificações, Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo e Cronograma Físico-Financeiro. Uma vez que, fazem parte do contrato todos os elementos, Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo e Cronograma Físico-Financeiro;

Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- . As normas e as Especificações constantes deste Projeto Básico, do Edital do Certame e do futuro Contrato;
- . As normas da ABNT;
- . As normas do Corpo de Bombeiros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	853
<i>[Signature]</i>	

- . As normas de Segurança e Medicina do Trabalho;
- . As disposições legais da União, do Estado do Rio de Janeiro e da cidade de Rio Claro/RJ;
- . As Prescrições e Recomendações dos fabricantes;
- . As Prescrições e Recomendações da CONTRATANTE no Diário de Obra;
- . As Normas Internacionais consagradas, na falta das Normas da ABNT;

O Objeto será recebido na forma determinada pelo Artigo 140 da Lei 14.133/2021:

I – Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias.

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício,



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	884
DATA	

[Handwritten signature]

defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

. Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.

. O prazo de entrega dos bens/ execução dos serviços é de 12 (doze) meses, contados do recebimento do Empenho pela empresa selecionada e de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro.

10 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)

O objeto não será parcelado devido à natureza integrada da obra e à necessidade de garantir a continuidade e coesão do projeto, de acordo com o art. 18, §1º, inciso VIII da Lei Federal 14.133/2021. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Projeto Básico, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.

A execução do contrato deverá produzir seus efeitos de forma integral e o objeto deste processo ser entregue com todas as etapas concluídas e executado dentro dos padrões apregoados e técnica perfeita.

11 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 346/25
FL Nº 558
[Signature]

Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

Ficam indicados como futuro fiscal (ou comissão de fiscalização, se for o caso) os seguintes servidores:

Gestor do Contrato: Engº. Robson de Oliveira Bastos - Secretário Municipal de Planejamento Urbano, Obras e Serviços Públicos – CREA RJ 137697/D - Matrícula 20.659.

Fiscal Técnico do Contrato: Engº. Lucas Rodgers Fontes - Diretor de Departamento - Engenheiro Civil – CREA – RJ 2019100734 - Matrícula 33/741 e em caso de impedimento deste a **Engª. Thais Fraga Ferreira** - Diretora de Departamento de Projetos Urbanos - CREA/RJ.: 2023101414 - Matrícula nº 33/948

Fiscal Administrativo: Jussara de Oliveira Moura – Diretora Geral – CFT 070140467-13 - Matrícula 21/392.

12 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

O pagamento será efetuado de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro e no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021. Desde que:

- Tenha executado o percentual mínimo para o período previsto no Cronograma Físico-Financeiro;
- Apresente à CONTRATANTE a nota fiscal devidamente preenchida;
- Indique o banco, agência e conta bancária da empresa;
- Apresente mensalmente ou por medição, Certificado de regularidade do FGTS, Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos Relativos

[Signature]

[Signature]

[Signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – INSS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, bem como, de documento comprobatório do recolhimento mensal do INSS e do FGTS a cargo da empresa contratada, gerado pelo SEFIP – Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP; Guia de Recolhimento do FGTS – GRF ou documento equivalente), de acordo com a legislação e os padrões estabelecidos pela Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal; apresentação de relação nominal dos empregados designados para execução dos serviços, com CPF, cargo, valor do salário mensal, carga horária mensal trabalhada, período trabalhado, valor pago do INSS e do FGTS e Número de Identificação do Trabalhador – NIT;

■ Apresente os seguintes comprovantes em relação a todos os empregados vinculados à execução dos serviços referentes ao mês a que se refere a medição:

- 1) Abertura da CEI dos serviços, na primeira medição;
- 2) Comprovantes do CAGED dos empregados vinculados ao serviço, quando houver admissão ou demissão de mão de obra;
- 3) Pagamento dos salários, férias, indenizações, verbas rescisórias ou demais verbas trabalhistas;
- 4) De recolhimento do FGTS;
- 5) De recolhimento da Previdência Social;
- 6) De entrega dos vales-transportes relativos ao mês do faturamento e vales-refeições, se for o caso, ou respectivo pagamento através de pecúnia, juntamente com remuneração mensal do empregado;
- 7) A liberação da última parcela dar-se-á mediante apresentação da CND do CEI – Cadastro do Empregador Individual desta obra de engenharia em caso de contratação de empregados na forma do art. 443, § 2º, alínea 'a', da CLT;

O pagamento será condicionado, ainda, ao atesto na referida nota fiscal pela FISCALIZAÇÃO desta Prefeitura;

Deverão ser observados de forma meticulosa e integral os ditames apregoados pelo Decreto nº 2694 de 05 de abril de 2019, Decreto nº 3974 de 11 de setembro de 2023 e Instrução Normativa nº 009 de 06 de outubro de 2023.

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	556
ASS	

129 ✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 346/25
FL Nº 557
ASS [assinatura]

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

13 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)

A aquisição do objeto/a prestação dos serviços será realizada através de Sistema de Registro de Preços? () sim ou (X) não

Neste caso, não será realizado através de Sistema de Registro de Preços, será contratada a execução do objeto de escopo.

O critério de Julgamento a ser utilizado será o "Menor por preço global" e o regime de execução será "Empreitada por preço global" (artigo 6º, XXIX).

Feita essas ressalvas informamos que a execução do objeto foi planejada no sentido de ser orçada e administrada como um único serviço (unidade de medida empregada), ou seja, não foi fracionado em dois ou mais itens visando, ao manter a unicidade, atingir maior economicidade e melhor aplicação dos recursos, uma vez que a logística de transporte de mão de obra, equipamentos e materiais seria facilitada se toda execução estivesse diretamente relacionada a uma única Contratada. Esse fator além de garantir a celeridade, evita gastos dispendiosos.

14 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

A estimativa do valor da contratação foi baseada na tabela de preços EMOP/RJ, SCO-RIO e SINAPI – Data base: 07/2025 e está orçada em R\$ 10.537.744,92 (dez milhões quinhentos e trinta e sete mil setecentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

15 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

A dotação orçamentária que servirá de fundamentação para despesa será:

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

SECRETARIA	0500 – Sec. Mun. de Planej. Urbano, Obras e Serv. Públicos
FUNCIONAL	020500.15.45100451.006 – Construção, Ampliação e Reforma dos Próprios Municipais
ELEMENTO DESPESA DA	4.4.90.51.99.00.0 – Outras Obras e Instalações
RECURSO/FONTE	1704
FICHA	052

PROCESSO Nº 346/25

FL N° 086

ASS [assinatura]

16 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO-RJ, CNPJ/MF nº 29.051.216/0001-68, situado à Avenida João Baptista Portugal, 230, Centro, Rio claro-RJ; devendo conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da Licitação, número do Contrato e da Nota de Empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento. Obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações: Certificado de regularidade do FGTS, Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – INSS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, bem como, de documento comprobatório do recolhimento mensal do INSS e do FGTS a cargo da empresa contratada, gerado pelo SEFIP – Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP; Guia de Recolhimento do FGTS – GRF ou documento equivalente), de acordo com a legislação e os padrões estabelecidos pela Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal; apresentação de relação nominal dos empregados designados para execução dos serviços, com CPF, cargo, valor do salário mensal, carga horária mensal trabalhada, período trabalhado, valor pago do INSS e do FGTS e Número de Identificação do Trabalhador – NIT.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após emissão da nota e solicitação de pagamento emitida pela Secretaria M. de Planejamento Urbano, Obras e Serviços Públicos, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, uma vez que o Município segue a Ordem Cronológica de Pagamentos.

Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

[assinatura]

[assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

17 - ANEXO(S) DO PROJETO BÁSICO

ANEXO I: Planilha Orçamentária;
ANEXO II: Memória de Cálculo;
ANEXO III: Cronograma Físico-Financeiro;
ANEXO IV: Memorial Descritivo;
ANEXO V: BDI;
ANEXO VI: ARTs;
ANEXO VIII: Projetos.

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	089
ASS	

Rio Claro – RJ, 17 de outubro de 2025

Eng.º Robson de Oliveira Bastos
Secretário Municipal de Planejamento Urbano, Obras e
Serviços Públicos – CREA RJ 137697/D
Matrícula 20.659

Eng.º Lucas Rodgers Fontes
(Sec. M. de Planejamento Urbano,
Obras e Serviços Públicos)
Diretor de Departamento
Engenheiro Civil – CREA – RJ 2019100734 - Matrícula 33/741

Eng.ª Thais Fraga Ferreira
Diretora de Departamento de Projetos Urbanos
CREA/RJ.: 2023101414
Matrícula nº 33/948